

Os (des)caminhos da terceirização na Unesp foram tema em destaque no CADE. Situação econômica segue favorável e representantes cobraram postura da Unesp no Cruesp

A sessão do Conselho de Administração e Desenvolvimento (CADE) de 10/8/2022, realizada presencialmente em São Paulo, foi palco de um importante e interessante debate sobre terceirização, a partir da apresentação da comissão criada pelo colegiado para aprofundar o assunto, como mostra *box* na pág. 3. Este e outros temas estiveram em pauta na primeira reunião do colegiado neste segundo semestre, que registrou a posse dos/as conselheiros/as eleitos/as para o novo mandato, a maioria deles/as do **Chapão da Adunesp** e do **Chapão Sintunesp/Associações**. Na antevéspera da sessão, representantes de ambos os **chapões** participaram de uma reunião prévia para discutir a pauta e a atuação conjunta. Neste boletim, elaborado a partir dos relatos destes/as representantes, você confere os principais pontos da sessão.

Confira a pauta em: <https://www2.unesp.br/porta#1/secgeral/or-gaos-colegiados/cade/pauta-e-atas-a-partir-de-04-2022/>

Boletim econômico: ICMS em alta, comprometimento com salários em baixa

A tradicional exposição do boletim econômico, de julho/2022, feita pelo assessor-chefe da Propeg, Rogério Luiz Buccelli, confirmou a boa situação financeira da Universidade. A arrecadação do ICMS, cota-parte do estado (75% do total), fechou em R\$ 13,015 bilhões em julho/2022, cerca de R\$ 900 milhões acima do previsto pela Secretaria da Fazenda do estado. Esse valor aponta para um crescimento nominal de 10,8% em relação a igual mês de 2021. O acumulado de janeiro a julho/2022 (R\$ 87,190 bilhões) cresceu 15,92% comparado ao mesmo período do ano passado. Se considerarmos o acumulado de 12 meses, temos uma variação nominal positiva de 18,5% frente aos 12 meses anteriores.

O comprometimento médio acumulado das universidades com folha de pagamento em julho/2022 ficou em 69,21% (66,56% na Unesp, 73,19% na Unicamp e 68,71% na USP), quase inalterado mesmo com o reajuste salarial de 20,67% em março/2022.

Conselheiros/as de ambos os **chapões** solicitaram que a reitoria da Unesp atue no âmbito do Conselho de Reitores (Cruesp) para que sejam agendadas as reuniões pleiteadas pelo Fórum das Seis, que agrupa as entidades sindicais e estudantis das três universidades. Após as negociações de março, o Cruesp passou a ignorar os ofícios do Fórum, que pedem reunião de discussão da Pauta Unificada 2022 e reunião do grupo de trabalho constituído entre as partes para construir propostas de reposição de perdas históricas e de valorização dos níveis iniciais das carreiras. Cálculos do Fórum mostram que, para voltarmos ao poder aquisitivo de maio/2012, precisaríamos de um reajuste de 21,93% em julho/2022.

Também foi lembrada a necessidade de estabelecer na Constituição mecanismos perenes de financiamento para as universidades estaduais; como os recursos provêm do ICMS, o temor (das entidades sindicais e, também, das reitorias) é que uma eventual reforma



A sessão do CADE em 10/8

tributária altere esse mecanismo. Há a preocupação, também, com iniciativas prejudiciais às universidades que possam surgir a partir de um novo governo. O pró-reitor e presidente do CADE, professor Estevão Kimpara, informou que o reitor, professor Pasqual Barretti, tem procurado os vários candidatos para defender a transformação do financiamento das universidades em lei e sua inscrição na Constituição do estado.

Comissão de Orçamento aponta perspectivas

A Comissão de Orçamento do CADE – composta pelos docentes Antônio Luís de Andrade (FCT), Cláudio Aguinaldo Buzzi (Ibilce), Jean Marcos de Souza Ribeiro (FEIS), Milton Vieira do Prado Jr. (FC), Sebastião Neto Ribeiro Guedes (FCLAr), e pelos técnico-administrativos Valdomiro Rodrigues de Souza (FFC) e Jorge Cerigatto (FEB) –, fez uma exposição sobre os trabalhos que culminaram com as peças orçamentárias de 2021 e 2022. O presidente, professor Milton, destacou a importância de continuidade da metodologia de trabalho instituída, de debate com todos os setores da Universidade antes da elaboração do orçamento do ano seguinte. A expectativa é que esse *modus operandi* seja adotado permanentemente pela Comissão. Ele destacou as conquistas alcançadas nos vários setores, como as contratações (veja item específico), a correção salarial, a valorização do vale-alimentação (que agora está equiparado ao da Unicamp, de R\$ 1.270,00) e do subsídio-alimentação pago a cerca de 5.000 estudantes (agora em R\$ 200,00).

Milton ressaltou, ainda, o pagamento em parcela única dos retroativos derivados do acordo entre reitoria e sindicatos, avanços no custeio das unidades, o pagamento da escolaridade aos/técnicos-administrativos/as e outros, agradecendo pela disponibilidade e atuação conjunta entre Comissão e equipe de planejamento econômico da reitoria (Propeg). Na sessão do CADE em setembro, a Comissão de Orçamento deve recompor seus membros.



Custeio das unidades em pauta - O conselheiro e diretor do campus de São José do Rio Preto, professor Júlio César Torres, fez várias considerações sobre o custeio das unidades universitárias. Ele pediu a discussão urgente sobre a retomada do poder de compra dos custeios, propondo que se use como base 2017, último ano em que foram reajustados. Se fosse aplicada a inflação deste período, os custeios das unidades deveriam estar em R\$ 146 milhões (o valor atual é de R\$ 126 milhões). O docente ressaltou que estão alocados nos custeios das unidades itens relevantes e, que, historicamente, são pagos pelas unidades, como o vale-combustível aos servidores (que é um benefício social), o fornecimento de refeições pelos restaurantes universitários, a manutenção e conservação de moradias estudantis, que são políticas de permanência estudantil, a manutenção de laboratórios de pesquisa e de laboratórios didáticos, dentre outras despesas.

.....

Outros pontos do CADE

A sessão do CADE em 10/8 teve outros pontos importantes, cujo relato sucinto você confere a seguir:

Contratações

Nos “Informes da Presidência”, o professor Kimpara apresentou um breve relato sobre as contratações. Quanto aos/as técnico-administrativos/as, entre concursos existentes e a abertura dos novos, somando-se com aquelas iniciadas em 2020 e interrompidas pela pandemia, são 615 contratações previstas. Entre docentes, são 300 autorizações para contratações nas unidades. A previsão é que, nos dois segmentos, neste segundo semestre, sejam contratados 420 servidores, ficando os demais para início de 2023.

Nova carreira dos/as técnico-administrativos/as

Conselheiros/as do **Chapão Sintunesp/Associações** voltaram a cobrar o presidente do CADE, professor Kimpara, sobre a tramitação do plano de carreira dos/as servidores/as técnico-administrativos/as. A proposta de nova carreira foi aprovada no CADE no final de 2021, com um conjunto de emendas defendidas pelas/os conselheiras/os, devendo ser submetida ao CO para aprovação final. No entanto, o reitor informou que estava aguardando um parecer da AJ da reitoria sobre as emendas. Na presente sessão do CADE, o pró-reitor Kimpara informou que o parecer está pronto e será enviado aos conselheiros para conhecimento.

Equiparação dos pisos pagos aos/as técnico-administrativos/as

Essa é uma demanda antiga do **Sintunesp** e defendida sistematicamente no CADE e no CO. Conforme noticiou o **Sintunesp** em boletim recente, está marcada para 18/8 a primeira reunião da comissão criada para estudar o assunto, formada por membros da entidade sindical e da reitoria.

LC 191 e contagem dos tempos congelados

Em março deste ano, **Adunesp** e **Sintunesp** enviaram ofícios à reitoria, solicitando informações sobre a aplicação da Lei Complementar (LC) 191, de 9/3/2022, que restabeleceu a contagem do tempo de serviço entre maio de 2020 e dezembro de 2021 para servidores públicos civis e militares das áreas da saúde e da segurança pública, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. O objetivo é saber como a Unesp aplicará a medida entre seus servidores ligados às áreas da saúde.

Na presente sessão do CADE, o pró-reitor Kimpara informou que ficou pronto o parecer da AJ da Unesp sobre o assunto e que a Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP) irá analisá-lo para organizar a sua operacionalização. **Adunesp** e **Sintunesp** aguardam um retorno formal da reitoria com este posicionamento.

Impactos da pandemia na graduação

Conselheiros/as do **Chapão da Adunesp** externaram preocupação com o desempenho dos estudantes na graduação após a retomada das atividades presenciais. Houve relatos de altos números de alunos em exame e de dificuldades de acompanhamento das disciplinas, o que pode resultar em aumento de evasão. Nesse sentido, eles/as lembraram a proposta feita durante a sessão do CO que aprovou o PDI, no final de 2021, e que teve a concordância do reitor, de realização de um seminário sobre graduação na Unesp, ainda em 2022. O objetivo é coletarmos informações sobre as consequências educacionais da pandemia em nossos estudantes e aprofundarmos discussões sobre como lidar com elas, pensando possíveis estratégias para isso do ponto de vista acadêmico, de saúde mental, de recursos necessários etc.

O pró-reitor Kimpara concordou que a questão é importante, mas lembrou que o melhor colegiado para abordá-la é o CEPE.

Comissão de Acompanhamento ao plano Unesp Saúde

Conselheiros que são membros da Comissão de Acompanhamento do plano Unesp Saúde (composta por docentes e servidores técnicos-administrativos/as) questionaram os motivos por não terem sido chamados para nenhuma reunião após a troca da direção do plano. O pró-reitor Kimpara afirmou que a nova equipe está em fase de ajustes administrativos, sem tomada de decisões, e que a Comissão será chamada em breve.

Indicação de representantes ao CEPE

Foram indicados dois representantes docentes do CADE (um titular e um suplente) para integrarem o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária (CEPE), respectivamente os professores Jean Marcos de Souza Ribeiro (Ilha Solteira) e Sérgio Romagnolo (IA), ambos do **Chapão da Adunesp**.

Itens 7 a 9: Compras e doações de terreno

Os itens 7 e 8 da pauta referiam-se respectivamente à compra de terrenos limítrofes aos *campi* de Sorocaba e Tupã. Já o item 9 tratava da doação de terrenos pela prefeitura de Tupã ao campus local da Unesp. Os três itens foram aprovados e os detalhes constam em documentos anexos à pauta.

Item 10: Criação da Coordenadoria ‘Observatório de Educação em Direitos Humanos’

O item 10 da pauta tratava de parecer da Comissão de Estruturas e de Funções Administrativas (CEAFA) contrário à criação da Coordenadoria. De acordo com as explicações apresentadas pelo presidente da CEAFA, professor Júlio César Torres, a negativa decorre do fato de que há uma sobreposição de competências e objetivos com a já existente Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (CAADI), na qual o Observatório possui representação. O parecer foi aprovado. Para mais detalhes, consulte a pauta da sessão.

Item 11 – Reestruturação Administrativa da Faculdade de Medicina Veterinária de Araçatuba (FMVA)

O parecer da CEAFA, positivo ao pedido, foi aprovado no CADE. A estrutura atual, criada após o desmembramento da FMVA da Faculdade de Odontologia (FOA), é extremamente enxuta, o que tem gerado sobrecarga aos/as atuais servidores/as. O colegiado também referendou a regra já existente de que uma seção deve contar com um mínimo de três servidores/as. Conselheiros/as de ambos os **chapões** reforçaram a necessidade de discussão de situações semelhantes em parte dos *campi* recém-consolidados.

Comissão resgata processo de **TERCEIRIZAÇÃO** na Unesp, aponta gastos crescentes e propõe reversão. Valores atuais correspondem à contratação de cerca de 3 mil técnico-administrativos

A Comissão de Estudos sobre a Terceirização, criada pelo CADE em abril/2021, apresentou seus resultados na sessão do colegiado em 10/8/2022. Seus membros – o técnico-administrativo Jorge Cerigatto, presidente, e os professores Jean Marcos de Souza Ribeiro e Sebastião Neto Ribeiro Guedes – elaboraram um substancioso relatório, que resgata as origens históricas da terceirização e sua adoção pela Unesp, detalha seus impactos financeiros atuais e apresenta propostas de reversão.

Na exposição, eles lembraram que a terceirização tem suas raízes no mundo pós-Segunda Guerra Mundial, no cenário de surgimento do chamado neoliberalismo, destinado a minar as bases do Estado de bem-estar social e das representações organizadas dos trabalhadores, ambas tidas como causas da estagnação econômica e da perda de competitividade industrial.

Na Unesp, ela foi introduzida desde pelo menos a segunda metade dos anos 70, inicialmente de forma isolada e discreta, mas com grande impulso a partir da década de 90, acompanhando o processo de sua ampliação nos serviços públicos, com a ‘Reforma do Estado’ patrocinada pelo governo FHC, em progressivo detrimento do concurso público como forma de contratação.

Gastos na Unesp

Para chegar a uma estimativa sobre os gastos atuais da Unesp com terceirização, a Comissão usou os números presentes não somente no item ‘Contratos’ (grosso modo, nas atividades de limpeza, manutenção e segurança), mas também com o item ‘Eventuais’ (que agrupa contratos em áreas bastante heterogêneas). Os itens avaliados correspondem aos anos de 2016 a 2021, portanto, antes e durante a pandemia. Na pandemia, verificou-se um aumento dos gastos em ambas as rubricas, o que se explica pela queda geral nas despesas de custeio, o que levou a distorções nas proporções de gastos com terceirização. A expectativa é que os gastos retornem para os patamares anteriores a 2020, em torno de 10 a 12% da despesa com custeio no item ‘Contratos’ e entre 50 a 56% na rubrica ‘Eventuais’.

No relatório, a Comissão questiona o que significaria se a despesa com terceirização pudesse ser internalizada, isto é, feita por trabalhadores contratados diretamente pela Unesp? Um modo de estimar isto pode ser obtido ao se dividir ambas as rubricas (‘Contratos’ e ‘Eventuais’) pelo salário médio de um servidor celetista (ASA II, por exemplo) da Unesp durante o ano (salário X 13,3 + vale-alimentação/ano). O resultado, aponta o relatório, em média, desde 2016 até 2021, é de que poderiam ser contratados cerca de 3.000 servidores.

Precarização também na docência

O documento faz uma observação relevante sobre



Os membros da Comissão: acima, fala Jean Marcos. À esquerda, Sebastião e Jorge

o corpo funcional docente. “Apesar de não configurar nos documentos e na gestão de pessoas como terceirização, o uso prático da figura do professor substituto – que deveria ser utilizado topicamente em casos de afastamento temporário dos docentes contratados em RDIDP – configura concretamente a terceirização da atividade docente. A situação fica ainda mais grave quando consideramos outras formas de contratos precarizados, tais como: professores conferencistas, bolsistas e em estágio docência.”

O texto destaca também que a proporção de substitutos na Unesp ainda é alta, ultrapassando 30% em alguns departamentos, em evidente prejuízo à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, uma vez que são contratados para cargas horárias restritas, por tempo determinado e com salários precarizados.

Conclusões

A Comissão avalia que há um processo heterogêneo de terceirização na Unesp, sendo mais disseminada nas novas unidades universitárias e naquelas vinculadas às áreas de saúde e afins, mas presente em todas. Resumidamente, são sugeridas algumas medidas visando:

- 1) reverter, pelo menos parcialmente, a terceirização na Unesp;
- 2) estabelecer um quadro de referência para a distribuição dos novos servidores que serão contratados, tendo em vista o objetivo de reduzir as disparidades no uso da terceirização no interior da Unesp;
- 3) prover mecanismos centralizados nos órgãos colegiados para acompanhar e controlar a terceirização na Unesp.

A íntegra do relatório, rico no resgate histórico e teórico sobre a terceirização, bem como na apresentação dos números na Unesp, consta anexa à pauta da sessão do CADE, em

<https://www2.unesp.br/porta#!/secgeral/orgaos-colegiados/cade/pauta-e-atas-a-partir-de-04-2022/>